

Considerações sobre o autismo infantil¹

Thelma Pontes Borges

Psicóloga, mestre pelo Departamento de Psicologia Educacional da UNICAMP, professora do curso de Psicologia da UNIPAC – Ubá. Rua Capitão Arnaldo de Carvalho, 635/502 36036180 - Juiz de Fora – MG
Tel: (32) 3218-2269/ 8851-2269
thelb@terra.com.br

Resumo

No texto se discute, a partir do referencial psicanalítico, a estruturação do autismo como resultado da não construção de um espaço falante no qual a criança se insere ao nascer, o que faz com que fique desprovida do sentido humano. Fala-se também sobre a diferenciação entre psicose e autismo infantil.

Palavras-chave

Psicanálise; autismo infantil; psicose; estrutura; porta-voz.

¹ As construções teóricas propostas neste artigo foram iniciadas com a pesquisa "Estudo exploratório das modalidades e funções da comunicação de crianças autistas", financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), sob a orientação da Prof. Dr^a Meriti de Souza.



Considerações sobre o autismo infantil

Desde as primeiras descrições de autismo infantil, por Leo Kanner² (1997), na década de 40, chamava-se a atenção para uma possível relação entre a subjetividade do casal parental e do filho autista. Na época, Kanner construiu a 'teoria da mãe-geladeira', que dizia do alto nível intelectual dos pais, da descrição pormenorizada do comportamento do filho e, conseqüentemente, da fria relação entre mãe e filho. Essa teoria foi desconsiderada; contudo, é interessante perceber, longe de culpar os pais pela condição de seu filho, que Kanner se refere a algo, talvez, do indizível da relação. Algo que vai na direção das idéias psicanalíticas, no sentido de que o sujeito advém do encontro entre mais de um espaço psíquico, e nesse encontro algo acontece ou deixa de acontecer, gerando conseqüências para seus participantes. Para a psicanálise, o sujeito se constitui por meio de duas operações importantes: a responsável pela formação do 'eu' e pelo advento do sujeito desejante.

Muito antes do nascimento da criança, um espaço de discurso é criado, no qual pai e mãe se colocam como desejantes desse filho. Nesse espaço tudo é colocado na ordem do dizível e do culturalmente aceito. Quando a criança vem ao mundo, nasce nesse espaço que Aulagnier (1979) define como 'espaço falante', e é nele, nesse local intermediário entre a criança e o mundo, que o 'eu' da criança virá a se constituir como tal. Isso ocorrerá pelo desejo e discurso do casal parental. É nesse 'espaço falante', marcado pelo discurso, que se definirá a estrutura psíquica da criança.

Vários fatores são determinantes desse espaço no qual a criança nasce. Um deles é o fato de que a mãe pode exercer o papel de 'porta-voz' da criança, ao nomear o que esta sente e faz, o que pode incluí-la num discurso ao criar um espaço de comunicação entre mãe e bebê. Quando a mãe diz: 'está chorando, deve estar molhado', ou 'que choro de fome', ela nomeia o choro do bebê e dá sentido a ele, ou seja, a mãe torna aquilo que é para o bebê da ordem do sem sentido, do incognoscível, numa realidade humana que só assim o é por um investimento libidinal materno definido pelo discurso do Outro. À medida que a mãe exerce essa função, ao nomear o que a criança sente e faz, ela oferece material psíquico estruturante ao

² Léo Kanner descreveu pela primeira vez a síndrome do autismo infantil em 1943 como um distúrbio inato de contato afetivo. Em dois anos passou a chamar de síndrome do autismo infantil e a falar em autismo primário (aquele que ocorre desde o nascimento) e secundário (manifesta após alguns anos). Durante algum tempo o autismo foi chamado de Síndrome de Kanner (Gauderer, 1992).

sujeito, e esse é o primeiro passo para uma organização psíquica da criança.

A mãe, ao exercer o papel de porta-voz da criança, realiza o que Aulagnier (1979) define como violência primária. Tal violência é necessária, já que oferece à criança uma prótese psíquica que auxiliará no advento do sujeito desejante. A mãe, ao praticar tal violência, mesmo sem saber, é responsável pela estruturação do filho.

A violência exercida pela mãe na antecipação do discurso da criança preenche um vazio, caracterizado pela falta; dessa forma, ela entra, junto com a criança, num estado de plenitude. Assim, a mãe excede em sua violência antecipatória e cai no que Aulagnier (1979) define como violência secundária. Ao fazer isso, a mãe tenta manter um *status quo* na relação com o filho. O que ela deseja é a não modificação da relação atual e, para isso, usa a “voz” como abuso de interpretação. É fácil compreender o que ela não quer perder.

[...] um lugar que ninguém mais pode conceber, o lugar de um doador de vida, detentor de objetos de necessidade e dispensador de tudo o que é suposto ser para o outro fonte de prazer, de quietude e de alegria (AULAGNIER, 1979, p. 122).

A mãe acha que está exercendo sua função de maneira exemplar, pois aquele corpo responde ao que é pedido – come, defeca, dorme. No entanto, a mãe espera outra coisa daquele corpo, o pensamento, pois só através dele é que se poderia comprovar seu sucesso como mãe. Porém, a criança quando pensa pode, pela primeira vez, fazer algo sem que a mãe saiba, visto que ela não pode parar suas funções vitais. A única coisa que pode preservar como seu, em um espaço autônomo, é o pensamento. Isso nos leva ao entendimento de que esse excesso de violência exercido pela mãe pode facilitar o desenvolvimento de uma psicose infantil na criança.

O que deveria acontecer se não fosse o excesso de violência? Teríamos a ação estruturante da violência primária que, num primeiro momento, anteciparia o discurso do bebê e o levaria à estruturação de um ‘eu’ separado do de sua mãe e, num segundo momento, encerraria a relação simbiótica entre mãe e bebê através da entrada de um terceiro na relação, o que permitiria o surgimento de um sujeito desejante instaurado no simbólico. No entanto, para que tal função seja exercida, algumas condições devem existir: ter um amor dedicado ao seu filho; ter sofrido o recalque de sua sexualidade infantil; saber, culturalmente, qual a sua função de mãe e ter um pai a quem dedicar sentimentos positivos.



Perguntamos por que são necessárias tais condições. Em primeiro lugar, o espaço falante é dependente do amor dedicado à criança. Sem o amor, pode-se não criar esse espaço, ficando a criança desprovida de um lugar estruturante do seu eu e de seu corpo. Esse amor possibilita o investimento libidinal e, conseqüentemente, a pulsão de vida.

O segundo fator, que a mãe tenha sofrido o recalque de sua sexualidade infantil, é importante já que o discurso a ser passado para a criança será estruturante e marcado pelo simbólico.

O terceiro fator refere-se à possibilidade de a mãe exercer sua função e poder trazer à criança fatores determinantes da formação de um 'eu'.

Com o 'eu' formado, ainda resta a estruturação de um sujeito desejante e, para que isso ocorra, é necessário a referência a um pai³, na medida em que ele é o representante dos outros. É a referência a esse terceiro que incluirá o sujeito na ordem do cultural.

O processo de entrada desse terceiro ocorre quando a criança percebe, intui, por meio do discurso materno, que ela não é tudo que completa sua mãe, e o que a mãe deseja, ela não pode dar. Nesse momento, a criança se depara com o pai, ao perceber que é ele quem recebe a atenção da mãe e, talvez por isso, seja ele quem possua o que a mãe deseja. Ao se deparar com o pai, a criança se encontra com o último fator importante e estruturante do sujeito, ocorrendo aí o "Nome do Pai" ou "Metáfora Paterna".

Através da função materna, a mãe se torna responsável por apresentar o mundo à criança, de modo interessante, na medida em que ela, a mãe, assim o considere. Desta forma, um dos elementos que será apresentado à criança será o pai; à mãe cabe a responsabilidade de sustentar a função do pai diante do filho.

Um dos pontos centrais da metáfora paterna está no conceito de "castração", central na psicanálise, por ser o operador estruturante do psiquismo que irá definir uma experiência neurótica, perversa ou psicótica. O Complexo de Castração se estrutura a partir da "primazia do falo", que remete à teoria sexual infantil que atribui a existência do pênis em todos os seres vivos e não vivos. Essa teoria será confrontada com a questão das diferenças sexuais entre meninos e meninas que, por sua vez, criarão mais teorias para tentar entender tais diferenças. A princípio, o menino justifica a falta de

³ Entendemos pai como "[...]uma quantidade de trabalho psíquico exigido do pai (ou de um terceiro) no contato com o bebê (...) não só no investimento libidinal, mas também na limitação da loucura materna, sustentando assim uma distância entre a mãe e o bebê, necessário ao surgimento do sujeito psíquico" (Rocha, 1997:15).



pênis na menina ao afirmar que ela o possui, mas ainda não cresceu e vai crescer. Porém, aos poucos, chega à conclusão de que as meninas os possuíam, mas o perderam. Essa forma de pensar os torna amedrontados quanto à possibilidade de também perderem o seu pênis.

A ameaça da castração faz com que a criança tenha como alvo de destruição as fantasias em torno da mãe; ela teme ser castrada, caso continue a manter essa relação com a mãe. Assim, a mãe lhe é proibida e o pai é escolhido como objeto de identificação.

A metáfora paterna se apresenta em três tempos. No primeiro tempo, a criança está no lugar do falo, como objeto de desejo da mãe. Nesse momento, a criança tenta responder a uma significativa questão para ela: se é ou não o falo dessa mãe. No segundo tempo, o pai se interpõe, criando um corte na relação mãe-filho. Nesse momento, a criança inaugura o tempo do desejo, da "[...] experiência exclusiva dos falantes que habitam o universo do discurso [...]" (FALSSETTI, 1991, p. 70). No terceiro tempo, a criança não é mais o falo; a questão do ser ou não ser abre espaço para o ter ou não ter o falo. Nesse momento, a criança entra na esfera das identificações. Se o pai é, supostamente, quem tem um falo, é com ele que a criança vai se identificar, finalizando a vivência edípica.

É a "Metáfora Paterna" que irá organizar a estrutura da criança que, no momento da identificação com o pai, pode assujeitar-se à lei da castração e estruturar-se como neurótico, ou continuar no verbo ser e se estruturar como psicótico.

Devemos ressaltar a importância da mãe ou de alguém que exerça sua função, pois, além de ser responsável pela estruturação do "eu", é ela também que, através de seu discurso, dará existência ao "Nome do Pai".

O autismo e sua constituição

Tentaremos pensar em como se inscreve a criança autista nessa configuração teórica. É comum vermos em crianças autistas uma não unidade corporal, na qual boca, mãos e pés não possuem qualquer representação psíquica de suas funções. É como se a criança autista não tivesse razão de ser, "[...] nascida não de dois, gerada simplesmente (se isso é possível), resultante de um projeto fracassado ou até de um não projeto [...]" (SILVA, 1997, p. 37).

Parece-nos que o "espaço falante" não se configurou adequadamente para essas crianças, o que não permite haver um prenúncio de constituição



de 'eu'. Sem esse espaço estruturante, a criança se constitui apenas como um pedaço biológico da mãe; não ocorre investimento. Podemos supor que essa 'desunidade' corporal típica do autista provém da falta de um espaço discursivo. Assim, dizemos que esse ser de necessidade não foi interpretado pelo 'Outro', não foi falado. Cabe perguntar: será que essa mãe não criou um 'espaço falante' porque não tinha condições para isso? Ou será que diante de uma criança que não responde a seus estímulos esse espaço se dissipou?

Vimos que, num primeiro momento, a criança é colocada e se deixa colocar no lugar de falo da mãe. Porém, ao pensar no autismo, imaginamos que por algum motivo a criança não pode entrar nesse local, permanece excluída de toda circulação simbólica e é reduzida à pura coisa (FALSETTI, 1991). A criança como coisa é desinvestida libidinalmente pelo pai e pela mãe, empobrecendo suas possibilidades de constituição de pulsão de vida. Essa idéia nos leva às de Fedida (1992), que propõe que o autismo seja pensado a partir de um 'auto sem Eros', e isso só é possível através de um psiquismo que funcione regido pela pulsão de morte. André Green (1988) nos diz que isso é possível pelo fato de que ninguém morre regido pela pulsão de morte; o que acontece é um desinvestimento de tudo.

Conforme vimos, a estruturação da psicose vai ocorrer no Édipo quando o sujeito que deveria deixar de ser o falo e se assujeitar à lei da castração não o faz, forcluindo o "Nome do Pai". No entanto, se a criança autista não se estruturou enquanto "eu", por não ter alguém que lhe significasse e nomeasse seus fazeres, para que esses estivessem na ordem do dizível, do humano, podemos questionar: será que essa mesma criança, que não passou pelos primeiros predicados da constituição do sujeito, teve a chance de ser apresentada ao Édipo? Será que a estruturação de seu autismo não se deu muito antes do Édipo? Se respondermos a essa última questão afirmativamente, não poderemos classificar o autismo como uma psicose e, se não é um tipo de psicose, o que é, então? Existe outra maneira de se estruturar que não esteja centrada na castração, por vir muito antes dela? Se existir outra maneira de se estruturar psiquicamente, que fuja à castração, teremos condições de conhecer e aceitar o mundo diferente, mas humano, do autismo? E será que nesse modo diferente de advir não podemos encontrar também maneiras diversas para o autista se comunicar e desejar?

Dentro da psicanálise existem controvérsias⁴ em relação à estruturação do autismo. Contudo, temos um grupo significativo que irá trabalhar com o autismo

como estrutura psíquica diferente da psicose, uma vez que a última é o resultado de uma 'só presença materna', enquanto que no autismo essa presença nem sequer teria se apresentado. Laznik-Penot (1997) propõe que o autismo seja compreendido como algo anterior à psicose, questão com a qual as diversas leituras da psicanálise concordam "[...] de forma unânime, o autismo como uma problemática pré-especular, ao passo que a psicose seria especular. Deste modo, o autismo antecederia sempre à psicose". (ROCHA, 2004, p. 3).

Então, se a psicose é resultado de uma violência secundária exercida pela mãe, que extrapola nos atos antecipatórios de construção de sentidos para o sujeito e excede na interpretação da fala, o autismo seria justamente o contrário: a falta de um espaço captante que enrede o sujeito e o possibilite se constituir. Aulagnier (1979, p. 194) diz que "[...] enquanto a criança não fala, a mãe pode preservar a ilusão de que há uma concordância entre o que ambas pensam [...]". E se a criança não conseguir se desvencilhar da violência interpretativa, não procurará outros substitutos e irá se refugiar na psicose. Hipotetizamos que no autismo teríamos uma criança que nasce no vazio, sem espaço falante e organizador de um 'eu', resultado de um não projeto (SILVA, 1997). Sem acesso ao humano, por falta de um refúgio materno estruturante de material indizível e incognoscível, poderíamos dizer que o autista está no limite da subjetivação como ser inconstituído ou, como coloca Kupfer (1999), um *infans* que não foi captado no desejo materno.

O trabalho com crianças autistas deve ser pensado a partir da possibilidade de circulação de afeto, de restauração da capacidade de *ilusão antecipatória* da mãe e, por fim, do surgimento de um sujeito do desejo. Somente dessa maneira será possível escutar, localizar e decifrar as inscrições e as significações dessas crianças.

⁴ Para verificar tais controvérsias ver ROCHA, Fulvio Holanda. Autismo e controvérsias na psicanálise. Colóquios do LEPSI IP/FE – USP, ano 4, out. 2002.



Referências

ATEM, L. M. Autismo e defesa primária: questões sobre o sujeito e a transferência. *Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental*. V. 1, n. 1, março de 1998.

AULAGNIER, P. *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

FALSETTI, L. A. V. *A criança, sua doença e a mãe*. Um estudo da função materna na constituição de sujeitos precocemente atingidos por doença ou deficiência. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 1991.

FÉDIDA, P. Auto-erotismo e autismo: condições de eficácia de um paradigma em psicopatologia. In: *Nome, figura e memória*. A linguagem na situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1991.

GAUDERER, C. E. *Autismo década de 80: uma atualização para os que atuam na área do especialista aos pais*. São Paulo: Savier, 1985.

GREEN, A. *Conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos de contato afetivo. In: ROCHA, P. S. *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997.

LACAN, J. *O seminário Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, J. *O seminário Livro 11: os quatro conceitos fundamentais de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LAZNIK – PENOT, M. C. *Rumo à palavra: três crianças autistas em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1997.

ROCHA, F. H. Autismo: controvérsias na psicanálise. Ano 4, LEPSI IP/ FE-USP, Out. 2002.

ROCHA, P. S. A função paterna revisada pela clinica do autismo. In: O espaço e o tempo na psicanálise. *Revista Pulsional* – Centro de Psicanálise, São Paulo, ano X, n. 102, out. 1997.

SILVA, A. R. R. O mito individual do autista. In: ROCHA, P. S. *Autismos*. São Paulo: Escuta, 1997.



Considerations about autism infantile

Abstract

The article discusses, from a physcoanalytical point of view, the autism estruturation as a result of the lack of a space opened to the word, in which the child is inserted when she is born. It makes this child rises in a environment without human sense. The text also talks about the diferenciation between psicose and infantile autism.

Key words

Psychoanalysis; autism infantile; psychosis; structure; spokesman.

Artigo recebido em: 3/4/2006

Aprovado para publicação em: 4/5/2006